



A Voz do Interior

Alexandre Wohlgemuth de Souza

Advogado, Especialista em
Direito Público, Governo
Digital e Licitações e
Contratos. Consultor em
Administração Pública.

Quando o mau exemplo vem de cima

Não podemos deixar os maus exemplos descenderem a rampa, atravessar as estradas e entrar nos gabinetes

Há cenas que entristecem não apenas pelo que mostram, mas, sobretudo, pelo lugar de onde vêm. Assistir à mais alta Corte do país transformar uma sessão em palco de acusações, interrupções, ironias e ataques pessoais provoca um desconforto que vai muito além do processo em julgamento.

Quando ministros do Supremo Tribunal Federal trocam palavras incompatíveis com a grandeza dos cargos que ocupam, é a própria confiança nas instituições que sai ferida. Não se trata de decidir quem tinha razão. Divergir faz parte da democracia. O contraditório é indispensável, e ninguém espera que todos os ministros pensem da

mesma forma. Mas há uma distância enorme entre discordar com firmeza e perder a compostura.

Autoridade não se demonstra pelo volume da voz. Respeito não é sinal de fraqueza. E a toga jamais deveria servir de armadura para disputas pessoais. Talvez Brasília precise olhar um pouco mais para o interior do Brasil. Nas prefeituras gaúchas, também existem divergências. Prefeitos e vereadores discordam. Secretários enfrentam pressões. Procuradores, controladores internos e servidores emitem pareceres e tomam decisões que nem sempre agradam. O orçamento é curto, as deman-

das são muitas e, nas cidades pequenas, todos se conhecem.

Ainda assim, na imensa maioria das vezes, permanece aquilo que nos distingue: a conversa franca, o aperto de mão forte e a consciência de que, no dia seguinte, todos continuarão se encontrando na praça, no mercado, na escola dos filhos ou em uma roda de chimarrão. Nosso interior tem calor humano. A porta da prefeitura se abre cedo e, muitas vezes, o cidadão fala diretamente com quem decide.

Há cobrança, debate e até discussão mais acalorada. Mas existe um limite dado pela convivência, pela educação recebida em casa e pela

certeza de que o cargo passa, enquanto o nome e a história de cada um permanecem. É justamente essa cultura que precisamos proteger. Não podemos deixar os maus exemplos descenderem a rampa, atravessar as estradas e entrar nos gabinetes municipais.

Uma prefeitura não pode virar arena de vaidades. Divergências administrativas não podem se transformar em vinganças. O agente público que recebe uma crítica técnica não ganha um inimigo: ele tem a oportunidade de corrigir uma decisão antes que ela custe caro à comunidade.

O Rio Grande do Sul já enfrentou enchentes, secas, perdas e recomeços. Em nossos

momentos mais difíceis, não foi o grito que nos levantou. Foi a mão estendida. Foi o vizinho ajudando o vizinho, o servidor público trabalhando além do expediente, o prefeito percorrendo abrigos e a comunidade fazendo o que parecia impossível. Esse é o nosso povo que tanto tenho orgulho.

É desse Rio Grande que devemos cuidar também dentro da Administração Pública. Um Estado em que a firmeza não exclua a gentileza. Em que a fiscalização não destrua o diálogo. Que o poder nunca seja maior do que o dever de respeitar. Brasília pode até oferecer o espetáculo. Mas os municípios gaúchos não precisam comprar esse ingresso.

